



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001408-55.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MARCOS DA SILVA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

MARCOS DA SILVA, qualificado nos autos, está sendo processado pela suposta infração ao artigo 306 da Lei 9.503/97 porque, de acordo com a denúncia, no dia 6 de julho de 2013, pela manhã, na rodovia Washington Luís, km 252+800m, neste município de Ibaté, conduzia o veículo automotor GM/Corsa, ano 1995, placas BLT 9597, na via pública, estando com concentração superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

A denúncia foi recebida em 19 de agosto de 2013 (fls. 39).

Resposta à acusação a fls. 49/57.

No curso da instrução criminal procedeu-se à oitiva de quatro testemunhas e ao interrogatório (fls. 92/94, 131 e 146).

As partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 153/155). A Defesa, por sua vez, pugnou pela absolvição, (fls. 159/166).

É o relatório.
 Fundamento e decido.

A ação penal é procedente.

A materialidade está estampada no exame de dosagem alcoólica encartado a fls. 27, que indica concentração de álcool por litro de sangue superior à permitida.

A autoria também é certa.

Interrogado em Juízo, o réu disse que, na véspera do ocorrido, havia consumido vinho.

É certo que os policiais militares responsáveis pela abordagem, Pedro Francisco Abdo Raya e Jefferson Moraes da Silva Rego não se recordaram dos fatos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Contudo, a testemunha Luciano Monezi relatou que trafegava pela rodovia Washington Luís, no município de Ibaté, quando houve uma colisão traseira. Parou o caminhão e notou que o acusado e a outra pessoa que o acompanhava ostentavam claros sinais de embriaguez. No interior do veículo havia latas e garrafas de cerveja e de vinho.

Luiz Jorge dos Santos disse que acompanhava o denunciado na viagem, mencionando que não presenciou o réu ingerindo bebida alcoólica na oportunidade. Porém, sua versão, no cotejo com o conjunto probatório, não se sustentou.

É certo que o denunciado dirigia de forma irregular, uma vez que ocasionou a colisão.

De qualquer forma, o E. STF entende que, com o advento da Lei nº 11.705/08, inseriu-se a quantidade mínima exigível de álcool no sangue para se configurar o crime de embriaguez ao volante e se excluiu a necessidade de exposição de dano potencial, sendo certo que a comprovação da mencionada quantidade de álcool no sangue pode ser feita pela utilização do teste do etilômetro ou pelo exame de sangue, o que ocorreu na hipótese dos autos. Precedentes: Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 110.258/MG, 1ª Turma do STF, Rel. Dias Toffoli. j. 08.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 109.269/MG, 2ª Turma do STF, Rel. Ricardo Lewandowski. j. 27.09.2011, unânime, DJe 11.10.2011.

Assim, no tipo penal sob análise, basta que se comprove que o acusado conduzia veículo automotor, na via pública, apresentando concentração de álcool no sangue igual ou superior a 6 decigramas por litro para que esteja caracterizado o perigo ao bem jurídico tutelado e, portanto, configurado o crime.

O delito de embriaguez ao volante talvez seja o exemplo mais emblemático da indispensabilidade da categoria dos crimes de perigo abstrato, e de sua previsão de modo a tutelar a segurança no trânsito, a incolumidade física dos indivíduos, e a própria vida humana, diante do risco que qualquer pedestre ou condutor de automóvel se submete ao transitar na mesma via que alguém que dirige embriagado.

O E. STJ posiciona-se no mesmo sentido. A respeito confira-se: Habeas Corpus nº 233453/RJ (2012/0029701-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Gilson Dipp. j. 17.05.2012, unânime, DJe 24.05.2012; Habeas Corpus nº 161393/MG (2010/0019644-7), 5ª Turma do STJ, Rel. Jorge Mussi. j. 19.04.2012, unânime, DJe 03.05.2012.

Anotando-se que não há falar-se em inconstitucionalidade, conforme decidido a fls. 78, e tendo em vista que não estão presentes os requisitos para o reconhecimento da inexigibilidade de conduta diversa, impõe-se a condenação nos termos da denúncia.

Passo a dosar a pena.

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 6 (seis) meses de detenção, 10 (dez) dias-multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor por 2 (dois) meses.

Torno-a definitiva por não haver causas de modificação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Fixo multa mínima, pois não há nos autos informações sobre a capacidade econômica do autor do fato.

Com fundamento no artigo 33, parágrafo 2º, "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da reprimenda.

Substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente na prestação pecuniária no valor de um salário mínimo.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu MARCOS DA SILVA, filho de Nelci da Silva, por infração ao 306 da Lei 9.503/97, às penas de 6 (seis) meses de detenção, em regime aberto, substituída por prestação pecuniária, 10 (dez) dias-multa, na forma especificada, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor por 2 (dois) meses.

Autoriza-se recurso em liberdade.

P.R.I.

Ibaté, 19 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**